

Edição v. 43
número 1 / 2024

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 43 (1)
jan/2024-abr/2024

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Violências contra mulheres jornalistas
no exercício profissional: o cenário hostil
vivenciado no Brasil

Violences against women journalists
in professional practice: the hostile
scenario experienced in Brazil

CYNTHIA MIRANDA

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Palmas, Tocantins, Brasil.
E-mail: cynthiamara@uft.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9399-7975>.

ROSE DAYANNE SANTANA NOGUEIRA

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
E-mail: rosedsantana@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4802-6301>.

MICHELLY SANTOS DE CARVALHO

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Imperatriz, Maranhão, Brasil.
E-mail: michelly.carvalho@ufma.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4319-7400>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MIRANDA, Cynthia; NOGUEIRA, Rose; CARVALHO, Michelly. Violências contra mulheres jornalistas no exercício profissional: o cenário hostil vivenciado no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 1, p. 01-15, jan./abr. 2024.

Submissão em: 01/07/2023. Revisor A: 31/10/2023; Revisor B: 28/10/2023; Aceite em: 25/11/2023.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v43i1.59053>

Resumo

Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2022, as mulheres jornalistas foram alvos diretos de 145 violações à liberdade de imprensa. Dessas, 51% contêm discursos estigmatizantes, que buscam difamar e constranger as vítimas. Neste sentido, o presente trabalho objetiva trazer reflexões sobre violências sofridas por jornalistas mulheres, especialmente no contexto virtual, no Brasil. Para isso, adotamos uma metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, fazemos um panorama conceitual da violência de gênero e da violência contra jornalistas, trazemos dados atualizados sobre a problemática no Brasil e, em seguida, discutimos algumas estratégias praticadas pelo governo Lula e por redes e organizações para prevenir, apoiar e acolher as mulheres jornalistas em situação de vulnerabilidade no exercício profissional.

Palavras-chaves

Jornalistas mulheres; Violência de gênero; Violência online.

Abstract

According to this research that was carried out by the Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). In 2022, women journalists were victims of 145 press freedom violations, of which 51% contain stigmatizing speeches that tries to defame and embarrass them as victims. In that way, the objective of this work is to bring new reflections about the violence that the female journalists, mainly, in the virtual context in Brazil suffer. To develop this work we adopted a methodology of bibliographical and documental research. Initially we make a conceptual overview of gender violence and violence against journalists, we bring updated data on the problem in Brazil, and then we discuss some strategies practiced by the Lula government and some networks and organizations in order to prevent, support and welcome this women journalists that lived some vulnerability situation in their professional practice.

Keywords

Women journalists; Gender Violence; Online violence

Introdução: raízes do Brasil

A violência contra as mulheres jornalistas no exercício da sua profissão ocorre por diversos meios e avança em distintas esferas incluindo ameaças, intimidações, agressões físicas e verbais. Observamos nos últimos quatro anos, durante o governo de Jair Bolsonaro, uma crescente expansão dessas violações, o que tem desafiado organizações de defesa da profissão e dos direitos humanos a criarem estratégias de combate à violência e de defesa das mulheres jornalistas em um cenário de ausência de políticas públicas, especialmente voltadas para a comunicação.

Durante o governo do referido ex-presidente, o número de ataques a jornalistas cresceu substancialmente. Jair Bolsonaro foi o principal responsável pelas agressões a jornalistas e ainda incentivou seus apoiadores a fazer o mesmo. Conforme o Relatório “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil” de 2022, publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Bolsonaro concretizou 570 ataques a veículos de comunicação e a jornalistas, em uma média de 142,5 agressões por ano, durante o período de seu governo.

Um estudo realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apontou que os ataques contra mulheres jornalistas têm se mostrado cada vez mais frequentes no Brasil. Dados da referida pesquisa identificaram que no ano de 2022 as mulheres foram alvos diretos de 145 violações à liberdade de imprensa. Desses, 31% dos casos são ataques de gênero e 51% são discursos estigmatizantes que objetivam difamar e constranger as vítimas. No geral, os ataques são principalmente episódios de violência física, ameaças, intimidações, assédio e violência sexual, processos civis e penais, tentativas de homicídio e atentados (ABRAJI; UNESCO, 2022). As mulheres jornalistas brasileiras não estão seguras no exercício profissional, o que se verifica é um cenário de poucas ações de prevenção, apoio e combate à violência.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, uma oportunidade política foi aberta para que a pauta pudesse ser discutida no novo governo. Assim, nos primeiros meses da gestão algumas sinalizações foram demarcadas com a criação do Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, no âmbito do Ministério da Justiça, e o Grupo de Trabalho de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, criado no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e presidido pela ex-deputada Manuela d’Ávila (PCdoB – RS).

Múltiplas são as violências vivenciadas pelas mulheres jornalistas, como assédio moral, assédio sexual, violência física, entre outras. Contudo, nos últimos quatro anos, a presença de um governo de extrema direita no país impulsionou o crescimento da violência online contra as mulheres jornalistas no exercício da profissão. Para Miranda e Alexandre (2020):

O limite entre a violência online/off-line é tênue, já que a internet não está descolada do espaço de sociabilidade que é construído no mundo real, e a violência online e suas consequências não estão restritas ao mundo online da vítima. Contudo, a violência de gênero no universo online assume na contemporaneidade contornos cada vez mais perversos, trazendo danos mais diretos para a vida das mulheres (MIRANDA; ALEXANDRE, 2020, p. 207).

Assim, mulheres jornalistas que sofrem violência física podem sofrer violência online e vice-versa, o que torna o exercício profissional perigoso. A alta incidência dos casos nos últimos quatro anos não está descolada da realidade política em que o governo federal de Bolsonaro foi um dos principais incentivadores e propagadores de desinformação. As eleições de 2022, por exemplo, foram marcadas por um tsunami de desinformação, maior até mesmo que em 2018. Conforme uma investigação realizada pelo grupo de pesquisa NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), somente no segundo turno das eleições de 2022 foi disparada uma média de 311,5 mil narrativas desinformativas por dia. No WhatsApp,

Telegram e Twitter, o volume médio de publicações diárias elevou-se após a votação do primeiro turno. Em relação ao Twitter, o crescimento foi de 57%, seguido pelo WhatsApp com 36% e do Telegram com 23%. Já no YouTube, Facebook e Instagram houve uma queda de 17%, 9% e 5%, respectivamente (NETLAB, 2022).

Conforme pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) à Bites (empresa de análise de dados que dá suporte a decisões estratégicas para negócios), em 2021, palavras de baixo calão, expressões depreciativas e pejorativas dirigidas à imprensa profissional e a jornalistas (homens e mulheres) surgiram em 1,46 milhão de posts em redes sociais, como Twitter, Facebook e Instagram. Isso representa 4 mil ataques virtuais diários ou quase três ataques por minuto (ABERT, 2021).

Nessa direção, o presente artigo traz reflexões sobre as violências vivenciadas na atualidade pelas mulheres jornalistas brasileiras, no âmbito virtual. Para desenvolver a proposta fizemos uma revisão conceitual sobre a violência de gênero e sobre a violência contra as mulheres jornalistas, em particular, e analisamos o contexto brasileiro vigente, em que tais crimes virtuais têm sido cada vez mais frequentes. Por último, discutimos algumas estratégias capitaneadas pelo atual governo Lula da Silva e por redes e organizações para prevenir, apoiar e acolher as mulheres jornalistas em situação de vulnerabilidade no exercício profissional. Neste sentido, a metodologia adotada foi de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada principalmente nos relatórios já publicados sobre violência contra jornalistas nos âmbitos nacional e internacional.

Violências contra as mulheres jornalistas

A violência de gênero é um problema social, que tem sido objeto das políticas públicas há pelo menos 30 anos. Vários países do mundo criaram legislações para combater a violência, e muitas dessas legislações resultaram da pressão dos movimentos feministas globalizados. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (CEDAW), mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, por exemplo, é um instrumento internacional de direitos humanos adotado pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos em uma conferência realizada, em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994, que influenciou a criação de legislações sobre o tema em várias nações do mundo. A CEDAW é o primeiro tratado internacional legalmente vinculante, que criminaliza todas as formas de violência contra a mulher, em especial, a violência sexual.

De acordo com a estimativa global publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2018, uma em cada três mulheres em todo o mundo, especificamente 35%, já foram vítimas de violência física ou sexual durante a sua vida. Dessa forma, observa-se que são as pessoas do sexo feminino as mais atingidas pela violência.

A violência contra as mulheres pode ser definida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que possa causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Alemany (2009) engloba todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. Para Rodal (2015), a violência contra as mulheres está naturalizada nas sociedades:

A violência se reproduz porque vivemos em um contexto significativo que organiza relações de modo hierárquico e competitivo. Em nosso imaginário coletivo se naturalizou (mesmo de forma não expressa) que é legítimo que os que possuem mais força (intelectual, econômica, física, cultural, etc), ou os que “são melhores” tem o direito de impor seus desejos, suas normas e leis sobre os demais, utilizando em casos extremos a violência se consideram necessária (RODAL, 2015, p. 246, tradução nossa).

Saffioti (1987) pontua que a violência contra as mulheres resulta da socialização machista que faz do homem um macho que julga ter o direito de “espancar” sua mulher, a qual seria educada para submeter-se a essa dominação. Mesmo com a criação de políticas públicas de combate a esse tipo de violência no país, esse problema está distante de ser eliminado. Os papéis desiguais impostos para mulheres e para homens foram enraizados ao longo das décadas e continuam nos tempos atuais, corroborando para a manutenção das relações violentas entre os gêneros na sociedade (SANTOS, IZUMINO, 2005).

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a violência contra a mulher assumiu outras dimensões, foi ampliada para o espaço virtual e suas práticas incluem: o assédio sexual, a perseguição cibernética, o uso de imagens e vídeos para agredir e desprestigiar mulheres, entre outras formas. As ferramentas mais utilizadas para cometer agressões no universo online são: correios eletrônicos, fóruns virtuais, redes sociais e sites de compartilhamentos de arquivos de imagens e audiovisuais.

A violência contra mulher na internet ocorre no mesmo contexto da violência offline, emerge de construções culturais que perpetuam a desigualdade entre os gêneros, reforça os estereótipos e os naturaliza mediante o uso dos recursos do universo online. Estudos demonstram a incidência crescente do uso das tecnologias de informação (TICs) para agressões de gênero (MUNIZ; CUESTA, 2015, DONOSO; RUBIO; VILA, 2017; FINN, BANACH, 2020).

Nessa direção é que propomos tecer reflexões preliminares sobre a violência de gênero digital vivenciada pelas mulheres jornalistas no exercício profissional. Tal violência emerge como um grande problema em toda a América Latina, tendo em vista a falta de mecanismos legais para combater essa prática e para prestar apoio às jornalistas que sofrem violência.

Embora a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida também como Pacto de San José da Costa Rica, assegure a liberdade de pensamento e de expressão a toda pessoa, Rodal (2015) explica que não é fácil erradicar a violência de gênero porque suas causas estão enraizadas em uma estrutura ideológica e social que reforça a diferença de poder de um gênero para outro. Isso exige mais que uma ação para desmontar esse sistema, pois a violência sofrida pelas mulheres jornalistas seria reflexo de um problema mais amplo que afeta o Brasil e também o mundo: desigualdade entre homens e mulheres.

A desigualdade entre os gêneros resultou em obstáculos para as mulheres no acesso às oportunidades nos âmbitos econômico, político, educacional e cultural. Segundo dados da pesquisa Global Gender Gap Report (2022), que é um índice projetado para medir a igualdade de gênero no mundo, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, destaca-se que outra geração de mulheres terá que esperar pela paridade no mundo. A posição do Brasil nesse índice é a 94ª, ou seja, o país caiu uma posição em relação a 2021, quando estava na posição 93ª. O índice avalia quatro áreas: saúde e sobrevivência, nível educacional, participação econômica e oportunidades e empoderamento político. No que se refere ao empoderamento político, por exemplo, a disparidade é mais ampla para o Brasil com a posição 104ª, atrás de países como Argentina (28ª), Bolívia (36ª), Equador (41ª) e Paraguai (84ª) (WORLD ECONOMIC FORUM, 2022).

Nessa direção, a violência contra mulheres jornalistas também é reflexo da desigualdade de gênero instalada no país e pode ser tipificada como ato de menosprezo, humilhação e amedrontamento que pode induzir ao silêncio, com o objetivo de desacreditá-las profissionalmente. Ato de violência contra mulheres jornalistas no exercício profissional representam atentado à democracia e à liberdade de expressão. Na atualidade, esses atos têm sido propagados na forma de ataques virtuais, os quais serão contextualizados a seguir, a partir do cenário contemporâneo brasileiro.

Violência online no exercício profissional das mulheres jornalistas e os cenários do ambiente laboral brasileiro

As mulheres jornalistas estão cada vez mais expostas à violência online, conforme assinala o estudo “The Chilling: Global trends in online violence against women journalists”,¹ divulgado em 2021, durante a Conferência Mundial de Liberdade de Imprensa, pela Unesco. O documento apresenta o extrato de um estudo pioneiro sobre a violência online contra mulheres jornalistas e aponta um forte incremento dessa modalidade de violência de gênero contra essas profissionais, relacionada à desinformação, redes de conspiração, discriminação interseccional – seja de raça, diversidade sexual, intolerância religiosa, entre outras – e também à polarização política (POSETTI et al., 2021).

Foram 901 pessoas entrevistadas, das quais 714 identificadas como mulheres, em cinco idiomas (árabe, inglês, francês, português e espanhol). A jornalista brasileira Patrícia Campos de Mello, que foi vítima de violência online no Brasil, é uma das entrevistadas para o estudo.

A pesquisa que sustenta este artigo consiste em: uma pesquisa global com 901 jornalistas de 125 países, realizada em cinco idiomas; entrevistas de longa duração com 173 jornalistas, editores e especialistas internacionais nas áreas de liberdade de expressão, direitos humanos e segurança digital; dois estudos de caso de big data avaliando mais de 2,5 milhões de postagens no Facebook e no Twitter dirigidos a duas jornalistas proeminentes (Maria Ressa nas Filipinas e Carole Cadwalladr no Reino Unido) realizados para validar o autorrelato de nossas entrevistadas e respondentes da pesquisa com dados objetivos; 15 estudos de caso detalhados de países; e uma revisão da literatura abrangendo centenas de publicações de pesquisa acadêmica e da sociedade civil. Uma equipe de 24 pesquisadores internacionais de 16 países contribuiu para o estudo (POSETTI et al., 2021, 2021, p. 5, tradução nossa).²

A pesquisa descreve a violência online de gênero a partir da combinação de alguns fatores, como: assédio misógino, abuso e ameaças; violações de privacidade e de segurança digital que podem aumentar os riscos físicos ligados à violência online; e campanhas de desinformação coordenadas que estimulam a misoginia e outras formas de discurso de ódio.

Segundo o estudo, são frequentes as ameaças de violência sexual e de assassinatos, as quais, às vezes, também são estendidas às famílias das vítimas. Além disso, essa modalidade virtual não está restrita à violência online, uma vez que os efeitos se espalham também na vida off-line, trazendo consequências devastadoras para as vítimas. “Os impactos psicológicos, físicos, profissionais e digitais de segurança e proteção associados a essa crescente crise de liberdade de expressão e igualdade de gênero são sobrepostos, convergentes e frequentemente inseparáveis” (POSETTI et al., 2021, p. 5, tradução nossa).³

Nesse sentido, apesar de a violência online contra mulheres jornalistas se manifestar de várias maneiras, o estudo aponta algumas características comuns, entre elas: 1) é frequentemente organizada, coordenada ou orquestrada; 2) geralmente possui caráter misógino; 3) costuma ser expandida para

1 O estudo interdisciplinar foi produzido pelo International Center for Journalists (ICFJ), sob coordenação da Unesco. Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

2 No original: “The research underpinning this paper consists of: a global survey of 901 journalists from 125 countries conducted in five languages; long-form interviews with 173 international journalists, editors, and experts in the fields of freedom of expression, human rights law, and digital safety; two big data case studies assessing over 2.5 million posts on Facebook and Twitter directed at two prominent women journalists (Maria Ressa in the Philippines and Carole Cadwalladr in the UK) undertaken to validate the self-reporting of our interviewees and survey respondents with objective data; 15 detailed country case studies; and a literature review covering hundreds of scholarly and civil society research publications. A team of 24 international researchers from 16 countries contributed to the study” (POSETTI et al., 2021, 2021, p. 5).

3 No original: “The psychological, physical, professional, and digital safety and security impacts associated with this escalating freedom of expression and gender equality crisis are overlapping, converging and frequently inseparable” (POSETTI et al., 2021, p. 5). Tradução nossa.

os familiares, fontes e colegas das vítimas; 4) alcançam a intimidade da vítima, com ameaças pessoais chegando a todo momento com conteúdo sexualizado; 5) manipulação psicológica, tal como gaslighting (POSETTI et al., 2021).

Algumas descobertas preliminares do “The Chilling”, como o próprio título sugere, são assustadoras. Por exemplo: 73% dos entrevistados que se identificaram como mulheres disseram ter sofrido violência online; 25% afirmaram que sofreram algum tipo de ameaça de violência física, incluindo de morte; e 18% apontaram que receberam ameaças de violência sexual. Além disso, como pontuamos acima, a violência de gênero online se estende ao mundo off-line e às pessoas próximas, e 13% das mulheres entrevistadas disseram ter recebido ameaças de violência contra familiares, incluindo crianças e bebês (POSETTI et al., 2021).

Outro ponto refere-se à discriminação interseccional, em que o racismo, a intolerância religiosa, a lesbofobia, entre outros, cruzam-se com a misoginia e o sexismo que produzem impactos mais profundos nas mulheres que sofrem múltiplas formas de discriminação. Assim, o estudo destaca que as mulheres jornalistas negras, indígenas, judias, árabes e lésbicas participantes experimentaram com mais intensidade e gravidade a violência online. Aqui cabe destacar que as mulheres jornalistas sofrem mais com a misoginia e os ataques sexuais em relação aos homens jornalistas cujos ataques se dão mais no cunho profissional e não costuma envolver variadas camadas de preconceito.

Além de destacar algumas manifestações dessa modalidade de violência, a pesquisa apresenta dados sobre os impactos da violência online. Por exemplo, 13% das mulheres entrevistadas aumentaram sua segurança física após as ameaças, e 4% afirmaram que faltaram ao trabalho preocupadas com sua integridade física em virtude das ameaças. “Esse padrão também ficou evidente entre os entrevistados, muitos dos quais se mudaram devido às ameaças físicas associadas aos ataques online” (POSETTI et al., 2021, p. 13, tradução nossa).⁴

Algumas entrevistadas também relataram que sofriam de transtorno de estresse pós-traumático, relacionado à violência online, estando também em tratamento terapêutico: 26% disseram ter sofrido impacto na sua saúde mental em consequência da violência, e 12% afirmaram ter procurado ajuda médica ou psicológica.

O estudo aponta também que os ataques online às mulheres jornalistas têm aumentado de forma significativa, em particular quando observado o contexto da pandemia da Covid-19 e da disinfodemic de fake news e desinformação. “A pandemia alterou as condições de trabalho dos jornalistas, tornando-os ainda mais dependentes dos serviços de comunicação digital e das redes sociais” (POSETTI et al., 2021, p. 7, tradução nossa).⁵ Nesse contexto, a violência online de gênero contra jornalistas também encontra subsídio nas táticas de desinformação, nas redes de conspiração digital e de extrema direita, e nos fornecedores desse tipo de conteúdo que operam a partir de um discurso misógino.

Outro dado assustador aponta que 37% das mulheres entrevistadas identificaram atores políticos, especialmente representantes eleitos, funcionários públicos ou membros de partidos, como as principais fontes a fomentar as campanhas de violência contra elas.

No contexto brasileiro, foram muitos casos de violência online direcionados às mulheres jornalistas que ganharam destaque recentemente. A pesquisa *The Chilling: Global trends in online violence against women journalists*, como destacado anteriormente, entrevistou uma vítima brasileira e, no “Relatório de violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, de 2022, da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), é possível ler diversos relatos de casos de mulheres jornalistas que foram vítimas de

4 No original: “This pattern was also evident among the interviewees, several of whom relocated due to the physical threats associated with online attacks” (POSETTI et al., 2021, p. 13). Tradução nossa.

5 No original: “The pandemic has changed journalists’ working conditions, making them yet more dependent on digital communications services and social media channels” (POSETTI et al., 2021, p. 7). Tradução nossa.

ataques virtuais.

O relatório *O jornalismo frente ao sexismo*, divulgado pelo Repórteres sem Fronteiras (RSF), em 2021, incluiu o Brasil entre os 40 países mais perigosos para mulheres jornalistas. O estudo traz dados que revelam como a extensão dos riscos de violência sexual e de gênero que as jornalistas enfrentam impactam suas vidas e a sociedade. A pesquisa também confirma algumas tendências já observadas em outros estudos: o espaço online como centro dos ataques. Quando questionadas sobre onde a violência de gênero foi cometida, 73% das participantes relataram que ocorreu na Internet, seja por e-mails ou mensagens em redes sociais (RSF, 2021).

Foi esse o caso da jornalista brasileira Patrícia Campos de Mello, repórter da Folha de S. Paulo, vítima de violência online de gênero, após começar a publicar, no final de 2018, diversas reportagens investigando denúncias de desinformação no contexto das eleições brasileiras. “Os ataques orquestrados contra ela envolveram desinformação significativa – incluindo que trocou favores sexuais por informações. A internet ficou repleta de imagens pornográficas falsificadas, vídeos deep fake, memes virais e ameaças de estupro da jornalista.” (UNESCO, 2021, p. 29, tradução nossa).⁶ Jair Bolsonaro fez insinuações de cunho sexual sobre o trabalho de Patrícia, que processou o ex-presidente brasileiro e seu filho deputado por danos morais. Ambos foram condenados em 2021 (FENAJ, 2021).

Pesquisas divulgadas pela FENAJ demonstram uma explosão de ataques ao jornalismo e aos profissionais da imprensa no Brasil nos últimos anos, sendo o Ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, um dos principais responsáveis por ações sistemáticas de descredibilização da imprensa. Somente em 2022 foram registrados 376 casos de agressões a profissionais da imprensa e a veículos de comunicação, conforme a FENAJ. “Dos 376 casos, 87 (23,14%) foram de ataques genéricos e generalizados, que buscaram desqualificar a informação jornalística. Em 2021, foram 131 episódios, portanto, houve uma queda de 33,59%” (FENAJ, 2022, p.7). Apesar da diminuição, as ocorrências continuam alarmantes.

Como mencionado anteriormente, de 2019 a 2022, Bolsonaro concretizou 570 ataques a veículos de comunicação e a jornalistas, um ataque a cada dois dias e meio. Conforme Fenaj (2022, p. 5), “ao longo do mesmo período, houve um crescimento das agressões a jornalistas cometidas por aliados e apoiadores do ex-presidente.”. Neste sentido, é importante ressaltar que em 2022 os apoiadores de Bolsonaro chegaram ao segundo lugar na lista dos agressores, sendo responsáveis por 80 casos de violência, 300% a mais que o número registrado em 2021.

Houve também um aumento significativo dos casos de violência após a vitória de Lula nas eleições de 2022. “Em bloqueios de rodovias ou em acampamentos montados em frente a unidades do Exército por todo país, ocorreram 53 episódios somente em novembro e, na maioria deles, mais de um profissional foi atingido” (FENAJ, 2022, p. 5).

Segundo a FENAJ, no contexto da crise sanitária mundial da Covid-19, o ano de 2020 foi marcado por ainda mais ataques violentos a jornalistas (tanto mulheres quanto homens), enquanto cumpriam o fazer social da profissão, além de arriscarem suas vidas e de terem suas condições de trabalho ainda mais precarizadas. Dados do “Relatório de violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil” de 2022 revelam 376 casos de agressões a profissionais da categoria e ataques a veículos de comunicação. Assim, o Estado brasileiro passou de omissor a principal agressor de jornalistas (FENAJ, 2022).

Desde 2019, a entidade já alertava para a frequente e sistemática ação do ex-presidente contra a imprensa brasileira. Os registros indicavam 208 casos de violência⁷, dos quais 121 foram atribuídos a

6 No original: “The orchestrated attacks against her involved significant disinformation – including that she traded sexual favours for information. The internet became littered with falsified pornographic images of her, deep fake videos, viral memes, and rape threats” (UNESCO, 2021, p. 29). Tradução nossa.

7 Dos 208 casos, 114 casos foram de descredibilização e 94 de agressões diretas a profissionais, o que representou um aumento de mais de 54,07% comparado com o ano de 2018, quando foram registrados 135 casos.

Jair Bolsonaro, o que corresponde mais de 58%, entre ataques a veículos e a profissionais, além de sete casos de agressões verbais e ameaças diretas a jornalistas (FENAJ, 2020).

Em 2020, “houve uma verdadeira explosão da violência contra jornalistas e contra a imprensa de um modo geral” (FENAJ, 2021). A descriminalização da imprensa e de jornalistas é a modalidade com mais casos, quando se colocam dúvidas sobre as informações e o trabalho jornalístico, por exemplo, abrindo espaço para a divulgação de notícias falsas. Essa modalidade impacta diretamente nas estratégias de desinformação de grupos que produzem esses conteúdos e que também fomentam discursos de ódio.

A descriminalização da imprensa, como no ano anterior, foi a violência mais frequente: 152 casos, o que representa 35,51% do total. O presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez, foi o principal agressor. Sozinho foi responsável por 175 casos (40,89% do total): 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um caso de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à TV Globo e dois ataques à FENAJ (FENAJ, 2021, p. 4).

O posicionamento do então presidente tem impacto na sociedade, especialmente por meio de seus seguidores, ainda mais em um contexto de pandemia, em que a desinformação, a proliferação de discursos de ódios e o negacionismo da ciência foram ameaças frequentes. Isso pode ocasionar ataques cibernéticos e impedimentos ao exercício profissional, mas também colocar as mulheres jornalistas em situações de vulnerabilidade.

Quantitativamente, a exemplo das outras edições do levantamento, a maioria das vítimas de violência em decorrência do exercício profissional é de jornalistas do sexo masculino, sendo que 147⁸ do total de jornalistas agredidos, censurados, ameaçados ou intimidados eram homens, representando mais de 65% dos casos. Um total de 64 mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão, o que corresponde a 28,44%, sendo os 14 casos restantes não identificados ou se referiam a violência contra equipes, nos quais os nomes dos profissionais não foram divulgados, impossibilitando a classificação por gênero.

Em 248 episódios de violência registrados em 2020 (57,94% do total) não coube a identificação de gênero, como nas 152 ocorrências de Descriminalização da Imprensa, nas quais a violência objetivou atingir a imprensa, caracterizada nesse caso como uma das instituições da democracia. Igualmente, não coube a identificação de gênero em 81 dos 85 casos de censuras, nos seis ataques cibernéticos e em três dos 16 registros de cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais. Nesses casos, ficou caracterizada a violência generalizada contra os profissionais de um determinado veículo de comunicação, atingindo a todos, homens e mulheres. Por fim, não coube a distinção por gênero nos seis casos de violência contra a organização dos trabalhadores/sindical, por se tratar de ações contra a organização e manifestação coletiva de jornalistas e contra as entidades sindicais representativas da categoria (FENAJ, 2021, p. 10).

Segundo o relatório da FENAJ, as agressões verbais e ataques virtuais aumentaram 280% em relação a 2019. Foram 76 casos no total, 20 a mais que em 2019. A maioria aconteceu no Distrito Federal, com grande incidência de atos atribuídos ao presidente Jair Bolsonaro. Além de serem agredidos nas ruas, durante entrevistas coletivas, entre outros espaços, também receberam ameaças por redes sociais e aplicativos de mensagens. “Apesar do aumento significativo, é muito provável que ainda haja subnotificação dos casos, porque muitos profissionais não chegam a denunciar o ataque sofrido” (FENAJ, 2021).

Nos casos em que é possível identificar o gênero das vítimas, muitos ataques são direcionados às mulheres jornalistas. Logo, apesar de os homens serem os mais agredidos de forma geral, segundo a FENAJ (2021), houve um crescimento desse tipo de ataques contra as mulheres e, a exemplo dos dados do relatório do estudo “The Chilling: Global trends in online violence against women journalists”, possuem caráter machista e com conotação sexual .

8 Em 2019, foram 59 jornalistas homens agredidos (49,16%) e 26 jornalistas (21,67%) mulheres vítimas de algum tipo de agressão.

O relatório também apresenta relatos dos casos de violência, que demonstram alguns padrões, como o caso da jornalista Vera Magalhães, colunista do jornal O Estado de São Paulo, hostilizada em diversos momentos por Jair Bolsonaro. Ela foi vítima da exposição de informações pessoais de seus familiares, sofreu ataques virtuais coordenados e hashtags impulsionadas possivelmente por robôs, como #VeraFakeNews, além de ter sofrido uma série de calúnias, proferidas por anônimos, grupos organizados e parlamentares (FENAJ, 2021).

Outro caso ilustrativo é da jornalista Bianca Santana, colunista do portal Uol, que foi difamada pelo ex-presidente brasileiro em sua live semanal, na qual foi acusada de publicar fake news, citando o título de uma reportagem que ela não escreveu. Jair Bolsonaro chegou a pedir desculpas à jornalista, no entanto, Bianca decidiu manter a ação civil por danos morais, que o condenou a indenizá-la (FENAJ, 2021).

Em 2021, houve a média de uma morte de jornalista vítima de Covid-19 por dia. Até julho daquele ano⁹, a FENAJ havia mapeado 278 óbitos de profissionais, dos quais 36 eram mulheres. Muitos profissionais estavam atuando na linha de frente da pandemia, indo a hospitais, participando de coletivas, em contato com vítimas e familiares, cobrindo eventos negacionistas, entre outras pautas, se expondo diariamente ao vírus. Embora declarado como um dos serviços essenciais desde o início da pandemia pelo Governo Federal, profissionais da imprensa não foram incluídos entre as prioridades do Plano Nacional de Imunização (PNI).

Desde o início da pandemia, a FENAJ juntamente com os sindicatos estaduais prestou suporte aos profissionais da categoria, cobrando dos empregadores os equipamentos de segurança e medidas sanitárias recomendadas pela OMS e pela ciência. Enquanto entidades de classe, lidando na ponta com as demandas advindas dos colegas, desde o adoecimento a morte, bem como dificuldades enfrentadas nos diversos âmbitos sociais, restou à Federação e aos sindicatos se mobilizarem para a inclusão de homens e mulheres jornalistas nos grupos prioritários.

Nesse contexto, cabe destacar que as mulheres jornalistas foram as mais impactadas durante a pandemia da COVID-19, tendo em vista que em muitas situações precisaram acumular o trabalho remoto com os cuidados com a casa e com os enfermos, além do acompanhamento do ensino remoto dos filhos. A falta da distribuição das atividades domésticas nos lares brasileiros impactou ainda mais no aumento da jornada de trabalho não pago das mulheres.

Com o avanço da pandemia, a Comissão de Mulheres da FENAJ realizou uma pesquisa para mapear a condição de trabalho das jornalistas e mães no contexto da pandemia, no ano de 2020. A pesquisa “Mães jornalistas e o contexto da pandemia” teve como foco as jornalistas que são mães, em virtude do contexto de retorno das aulas presenciais, quando ainda não havia vacinas disponíveis e vigorava muitas incertezas em relação à Covid-19. (CUNHA et. al., 2020).

A pesquisa recebeu 629 respostas, das quais 85,9% das mulheres afirmaram que se sentiam sobrecarregadas na pandemia, e 26,7% assumiram os cuidados sobre outras pessoas. Com relação aos impactos no trabalho, 59,78% informaram que estavam trabalhando em home office, e 16,4% afirmaram que foram atingidas pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei nº 14.020/2020, antiga Medida Provisória 936), com redução salarial ou suspensão do contrato de trabalho. Segundo Cunha et. al. (2020), apesar de não contemplar especificamente a questão da saúde mental, essa dimensão se tornou evidente a partir das respostas nas questões abertas, com relatos de sobrecarga mental, estresse, ansiedade, pânico e tristeza, falta de acolhimento, entre outros.

9 FENAJ. Dossiê Jornalistas Covid-19. 2021. Relatório. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/08/RELAT%C3%93RIO-COVID-JUL-21.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023. Incluir referência no corpo do texto (ex.: FENAJ, 2021).

Estratégias de prevenção, apoio e acolhimento às mulheres jornalistas

O Brasil é um país marcado pela acentuada desigualdade entre os gêneros, que atravessa distintas áreas profissionais, como é o caso do jornalismo. Nesse sentido, a violência contra mulheres jornalistas também é produto dessa desigualdade. As iniciativas e estratégias de prevenção, apoio e acolhimento às mulheres jornalistas são recentes no país, resultado da articulação dos movimentos feministas e sindicais. A seguir serão destacadas algumas dessas iniciativas e estratégias.

Em 2017, a FENAJ criou uma Comissão Nacional de Mulheres, vinculada à direção da entidade, formada por representantes dos sindicatos filiados. A Comissão surge com o objetivo de discutir questões de gênero e relações de trabalho no jornalismo, assim como combater as desigualdades de gênero, raça e etnia e lutar pelo respeito e a valorização das trabalhadoras jornalistas, entre outras atribuições. A criação da Comissão pode ser considerada tardia, tendo em vista que a Fenaj existe desde 1946, no entanto, é considerada estratégica e crucial para que as questões de gênero, que também atravessam o movimento sindical, sejam debatidas pela Federação.

Desde a sua criação, a Comissão Nacional de Mulheres tem representado a FENAJ nos espaços que constroem a pauta de igualdade de gênero, a exemplo do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT; assumindo o papel de denúncia pública, com a realização de pronunciamentos públicos (por meio de notas) acerca de violências e violações de direitos de mulheres jornalistas e sobre machismo e misoginia na mídia; acompanhado casos de violência; lidando com demandas que envolvem a produção de estudos, pesquisas e orientações sobre a abordagem nas coberturas jornalísticas; promovendo eventos temáticos e de formação de mulheres; entre outras atividades. A Comissão foi a responsável pela realização da pesquisa sobre as mães jornalistas na pandemia, que, entre os resultados, deu visibilidade também para situações de violações de direitos no trabalho remoto.

Em 2020, foi criada a Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça, com o objetivo de reunir pessoas e organizações comprometidas com a democratização da comunicação e do jornalismo com perspectiva de gênero e raça. A rede é vinculada à Red Internacional de Periodistas con Vision de Género (RIPVG)¹⁰ e tem como missão atuar pela liberdade de expressão, democratização e controle social da comunicação, e promover os direitos humanos das mulheres, considerando a sua diversidade e pluralidade. Muitos desafios têm sido colocados para a atuação da Rede Brasileira desde a sua criação, como, por exemplo, apoiar as jornalistas que sofreram algum tipo de violência no exercício profissional.

Apesar de nova, a rede brasileira passou a integrar espaços estratégicos para a gestação de ações em prol da construção de um jornalismo com perspectiva de gênero. Em maio de 2021, a coordenação colegiada da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça esteve presente na reunião de engajamento com jornalistas e comunicadoras defensoras de direitos humanos, realizada pela ONU – Mulheres Brasil. A atividade foi um desdobramento do projeto Conectando Mulheres, Defendendo Direitos para: a) identificar iniciativas existentes no que se refere a prevenção e proteção de mulheres comunicadoras; b) estabelecer prioridades para fortalecer ações de prevenção e resposta às ameaças e violências; e c) explorar a possibilidade de criar uma agenda de trabalho conjunta, focada na prevenção de ataques.

Artigo 19, que é uma organização não governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação

10 A Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG) é um espaço de confluência de jornalistas que atuam em 36 países, de forma individual ou coletiva, com o objetivo de promover um jornalismo com perspectiva de gênero, evidenciar a situação das mulheres nos meios de comunicação e promover mudança em sua situação na sociedade atual. A RIPVG foi fundada em 2005 no México.

em todo o mundo, também tem uma atuação importante no país. Entre as ações da organização, podemos destacar o monitoramento de ataques a comunicadores, realizado semanalmente pela entidade. O objetivo é coletar dados relativos à violência contra jornalistas e comunicadores e apontar seus efeitos na deterioração da liberdade de imprensa no país.

Repórteres sem Fronteiras (RSF) é uma organização não governamental independente com status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), na Unesco, no Conselho da Europa e na Organização Internacional da Francofonia (OIF), que abrange cerca de 130 países, e que possui escritório no Rio de Janeiro. A organização também desenvolve algumas ações referente à questão de gênero, como o relatório divulgado em 2021 sobre “O jornalismo frente ao sexismo”. O documento traz em seu escopo dados alarmantes e análise dos impactos da violência de gênero no jornalismo, assim com uma série de recomendações destinadas a jornalistas, redações e governos.

A gestão do Presidente Lula, iniciada em 2023, atendendo aos apelos de entidades sindicais de jornalistas, instalou no Ministério da Justiça o Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas. A ideia é que haja um maior diálogo entre o Poder Judiciário, instituições do sistema de justiça e segurança pública, no sentido de acompanhar, investigar e instituir políticas que promovam maior segurança a profissionais da imprensa brasileira. Esse Observatório contará com representantes da FENAJ, da Abraji, da Associação Brasileira de Imprensa, do Instituto Vladimir Herzog, do Intervezes, da Repórteres Sem Fronteiras, entre outros (BNC AMAZONAS, 2023).

Outra ação importante do novo governo é a criação do Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conforme a Portaria do 129, de 17 de fevereiro de 2023, o GT contará com cinco representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, das pastas: a) Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; b) Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; c) Assessoria de Participação Social e Diversidade; d) Assessoria Especial de Comunicação Social; e) Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos. E, ainda, 24 representantes da Sociedade Civil, entre especialistas de várias áreas, estudiosos, comunicadores e influenciadores digitais, sendo presidido pela ex-deputada Manuela Pinto Vieira d’Ávila e tendo como relator o advogado Camilo Onoda Caldas.

Considerações Finais

Como foi possível observar ao longo da presente reflexão, o cenário brasileiro não tem sido favorável ao exercício do jornalismo. O trabalho desenvolvido pela extrema direita no país, nos últimos anos, no que toca a perseguição e deslegitimação da imprensa, deixou um legado de ódio e desconfiança em relação ao jornalismo profissional. As mulheres jornalistas nos últimos cinco anos, como destacado no artigo, foram vítimas da violência no exercício da profissão, especialmente nos ataques cibernéticos.

Como vimos, dos 145 ataques registrados pelo relatório da Abraji com a Unesco, em 2022, 31% dos casos foram ataques de gênero. Entre esses eventos, 64,4% são agressões à reputação e à moral, destacando a aparência, a sexualidade ou traços sexistas de personalidade para agredir. “O apelo ao gênero e à sexualidade não é incidental: em sociedades com presença de valores conservadores, esse tipo de ataque é uma forma de minar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia.” (ABRAJI; UNESCO, 2021, p. 21).

A mudança de governo, em 2023, acendeu uma esperança de que o tema vai ser tratado como política pública e receberá maior atenção dos operadores do sistema de justiça, já que agora contamos com o Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, no âmbito do Ministério da Justiça, e com o Grupo de Trabalho de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Assim, muitos são os desafios para criar estratégias de prevenção, apoio e acolhimento às mulheres jornalistas. Alguns esforços têm sido efetuados, como destacado, por redes e organizações da sociedade civil. No entanto, diante do aumento da violência contra as mulheres jornalistas no exercício profissional, são insuficientes para dar conta de um problema tão alarmante.

O estabelecimento de políticas públicas de comunicação que abarquem a questão da desigualdade de gênero no jornalismo é fundamental para frear o crescimento dos casos de violência e para conscientizar a população sobre a necessidade de garantir os direitos humanos das mulheres jornalistas e sua liberdade de expressão. Não há democracia de fato sem uma imprensa livre, o que implica diretamente garantir segurança das jornalistas no exercício profissional.

Agradecimentos

As pesquisas que permitiram a produção deste artigo são financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 271.
ABERT. **Violações à Liberdade de Expressão**. ABERT, 2022. Relatório. Disponível em: <https://www.abert.org.br/pdf/ABERTRELATORIOANUAL2021.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ABRAJI. **Relatório Violência de gênero contra jornalistas**. ABRAJI, 2022. Disponível em: <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ABRAJI; UNESCO. **Relatório Violência de gênero contra jornalistas**. ABRAJI; UNESCO, 2022. Relatório. <https://violenciagenerojornalismo.org.br/>. Acesso em: 6 fev. 2023.
ABRAJI; UNESCO. **Relatório Violência de gênero contra jornalistas**. 2021. Relatório <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 6 mar. 2023.

BRASIL. Portaria nº 129, de 17 de fevereiro de 2023. Institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Edição 36, Seção 1, p. 15.

BNCAMAZONAS. **Governo Lula institui o Observatório da Violência contra Jornalistas**. Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/poder/ministerio-da-justica-institui-o-observatorio-da-violencia-contra-jornalistas/>. Acesso em 11 mar. 2023.

CUNHA, Samira de Castro et al. **Pesquisa Mães Jornalistas e o Contexto da Pandemia**. Comissão Nacional de Mulheres da Fenaj. Brasília: 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

DONOSO-VÁZQUEZ, Trinidad; HURTADO, Maria; VILA, Ruth. Las ciberagresiones en función del género. **Revista de Investigación Educativa**, v. 35, n. 1, p. 197-214, 2017.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília, 2023. Relatório. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022>.

pdf. Acesso em: 7mar. 2023.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília, 2021. Relatório. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>. Acesso em: 7mar. 2023.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília, 2020. Relatório. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em: 7mar. 2023.

FINN, Jerry; BANACH, Mary. Victimization online: The downside of seeking services for women on the Internet. **Cyberpsychology and Behavior**, v. 3, p.776-785, 2020.

MIRANDA, Cynthia Mara; ALEXANDRE, Virgínia Caroliny Silva. Mulheres e narrativas da resistência no universo online: reflexões sobre denúncias de assédio sexual. In: Cíntia Maria Teixeira e Luciana Kind. (Org.). **Narrativas, mulheres e resistências**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, v. 1, p. 40-59.

MUÑIZ, Maria; CUESTA, Josefa. Violencia de género en entornos virtuales. **Revista del Cisen Tramas/Maepova**, v. 3, n. 2, p. 101-110, 2015.

NETLAB. **Acompanhamento da desinformação durante as eleições 2022**. Disponível em: <http://www.netlab.eco.ufrj.br/blog/acompanhamento-multiplataforma-da-desinformacao-durante-as-eleicoes-2022>. Acesso em: 6 fev. 2023.

OMS. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence**. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/978924156462>. Acesso em: 11 mar. 2023.

POSETTI, Julie; SHABBIR, Nabeelah; MAYNARD, Diana; BONTCHEVA, Kalina e ABOULEZ, Nermin (Orgs). **The Chilling: Global trends in online violence against women journalists**. Paris, France: Unesco, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

RODAL, Asunción Bernárdez. **Mujeres en medio(s): propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de género**. Espanha: Editorial Fundamentos, 2015.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF). **O jornalismo frente ao sexismo**. Paris, France: 2021. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/o_jornalismo_frente_ao_sexismo_0.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho** (Coleção Polêmica). São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero. Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 16, p. 147-164, 2005.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report (GGGR)**. Geneva: Switzerland, 2022. Cynthia Mara Miranda é Doutora em Ciências Sociais pela Unb, docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT), bolsista produtividade do CNPQ (PQ2). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa;

desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito).

Michelly Santos de Carvalho é Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Portugal)/UFRJ. Coordenadora do Curso de Jornalismo e do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero e Feminismos - Maria Firmina dos Reis da Universidade Federal do Maranhão - UFMA). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira).

Rose Santana Nogueira é Doutoranda em Comunicação na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP-ULBRA).). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito).